

Associação
Pinacoteca Arte e
Cultura - APAC

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC "Associação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015



DF's Pinacoteca.xlsx

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 01 de dezembro de 2015 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998.

A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca de São Paulo ("Pinacoteca" ou "Museu"), como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a.** Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura, tais como Contratos de Gestão.
- b.** Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público, assim como, promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural.
- c.** Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais, ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação.
- d.** Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural e estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca de São Paulo e da Associação.

A Associação é reconhecida pela Secretaria de Estado da Cultura - SEC, como Organização Social de Cultura - OSC, portanto, podendo ser contratada pelo Estado para a gestão de equipamentos de cultura por meio de Contrato de Gestão.

A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades, o Contrato de Gestão junto à Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura.

a. Contrato de gestão

Em 31 de dezembro de 2013 a Associação finalizou seu segundo Contrato de Gestão (Contrato 35/2008) firmado com o Governo do Estado de São Paulo, referente ao período de 2009 a 2013, e em 20 de dezembro de 2013, celebrou novo Contrato de Gestão ("Contrato 005/2013"), estabelecendo o prazo de vigência de 4 anos e 11 meses, com término em 30 de novembro de 2018.

Durante o período do contrato, a Associação receberá recursos financeiros da Secretaria de Estado da Cultura, destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia na Pinacoteca de São Paulo em seus dois edifícios (Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência do Estado de São Paulo) e poderá gerir espaços para estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores dos museus, bem como venda de produtos relacionados aos objetivos da APAC, e também explorar café, bar ou restaurante, desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades previstas no Contrato de Gestão.

As principais obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes:

- (i) Executar ações descritas e caracterizadas no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho - cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos.
- (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público.
- (iii) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado).
- (iv) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal.
- (v) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público.
- (vi) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social.
- (vii) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem:
 - O empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição;
 - A restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural.
- (viii) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria do Estado da Cultura.

- (ix) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos.

No caso de não cumprimento, parcial ou total, ou superação das metas, com variação maior ou menor que 20% (vinte por cento) em relação às metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação deverá justificar a variação e, caso a justificativa não seja acolhida pela Unidade Gestora do Contrato, poderá ser punida com multa. O valor da multa que vier a ser aplicada está determinado no próprio contrato de gestão, será comunicado à Associação e o respectivo montante descontado dos pagamentos subsequentes devidos em decorrência da execução do objeto contratual.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação estima receber, no prazo e condições acordados, a importância remanescente aproximada em R\$ 57.383, que será paga da seguinte forma: R\$ 21.549 em 2017 e R\$ 35.834 em 2018.

Os bens patrimoniais cedidos à administração da Associação a título de Permissão de Uso, são os imóveis situados na Praça da Luz, 2 e no Largo General Osório, 66, além do acervo museológico de obras de arte e bibliográfico e documental da Pinacoteca de São Paulo.

Para o ano de 2016, o contrato previu que a Associação não poderia gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderia ultrapassar o valor anual de 10,0% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas em 2016 (57,83% e 9,13%, respectivamente).

A Administração é requerida a enviar trimestralmente relatórios para acompanhamento das metas. Os relatórios do primeiro ao terceiro trimestre de 2016 foram preparados e encaminhados, após aprovação do Conselho da APAC, para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 20 de maio, 19 de agosto e 21 de novembro de 2016, respectivamente. O relatório referente ao quarto trimestre tem prazo de entrega marcado para 02 de março de 2017.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 13 de fevereiro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 3g);
- Determinação da Provisão para perda e ajuste ao valor de realização do estoque (nota explicativas nº 7).
- Determinação das provisões para contingências (nota explicativa nº 16).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 23 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados nas rubricas de Recursos financeiros Contrato de Gestão e Recursos financeiros de projetos.

Aplicações financeiras vinculadas

Demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício ou conta de obrigação com o contrato de gestão.

Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização do Conselho de Administração ou, quando requerido, do poder público, estando relacionadas com a constituição de Fundos (Notas 8 e 17).

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem apenas fornecedores como passivos financeiros não derivativos, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*, durante os exercícios de 2016 e 2015.

- c. Recursos financeiros do Contrato de Gestão e Recursos financeiros de Projetos**
Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução do contrato de gestão ou dos projetos. No caso dos projetos os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer.
- d. Contas a receber**
Estão representadas substancialmente por venda de algumas caixas com 11 (onze) gravuras feitas em comemoração aos 110 anos da Pinacoteca, cartões de crédito de vendas da loja e da bilheteria.
- e. Estoques e demais ativos circulantes e não circulante**
Os estoques, são representados substancialmente por artigos de papelaria, souvenirs e livros. Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, exceto os livros oriundos de doações de projetos culturais que são custeados por Lei de Incentivo.
- f. Imobilizado**
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.
- A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos realizados durante a vigência do contrato serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização.
- O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.
- g. Provisão para perdas do valor recuperável (*impairment*) em ativos não financeiros, exceto estoques**
Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
- h. Fornecedores**
As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

- i. Créditos de projetos a incorrer**
Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o referido programa, e pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação do MINC ou PROAC, conforme o caso.
- j. Recursos do contrato de gestão**
Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do contrato de gestão e que ainda não foram utilizados.
- k. Provisões**
São reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
- l. Passivos circulantes e não circulantes**
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data de levantamento do balanço patrimonial.
- m. Doações de bens e direitos a apropriar**
Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado.
- n. Patrimônio líquido**
Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.
- o. Apuração do superávit (déficit)**
Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.
- Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação.

As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas no item (n) desta nota.

A receita de ingressos e lojas, decorre substancialmente da venda de livros e souvenirs, e da venda dos ingressos. São reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito.

A receita de gratuidade está representada substancialmente pela concessão de ingressos a alunos de escolas públicas, valorizada pelo mesmo montante que seria cobrado de terceiros e sendo contabilizada como se tivesse ocorrido o seu recebimento e uma doação pelos alunos ou escolas (receita e despesa no mesmo montante).

A receita com trabalhos voluntários, conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, é valorizada incluindo os membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais também no resultado do exercício.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios.

p. Benefícios a empregados

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

q. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 23.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Associação em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro.

4 Recursos financeiros contrato de gestão

	2016	2015
Caixa	15	16
Bancos conta movimento - Contrato de gestão	31	21
	46	37
Aplicações financeiras		
<i>Banco do Brasil S.A.</i>		
Fundo de renda fixa - RF CP 50 mil	4.166	3.521
<i>Banco Santander S.A.</i>		
Fundo de investimento Classic DI	523	622
	4.689	4.143
	4.735	4.180

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2016 e 2015, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 1,03% e 1,01% ao mês respectivamente. Em atendimento às normas do Governo Estadual, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente no Banco do Brasil.

5 Recursos financeiros de projetos

	2016	2015
Bancos conta-movimento		
Plano anual 2015 (*)	-	2.481
Plano anual 2016 (*)	6.709	4.775
Plano anual 2017	4.224	-
PROAC 2016	242	-
Fundos Patronos	130	12
Pinaball	-	3
Terra Foundation	6	-
	11.311	7.271
Aplicações financeiras		
PROAC 2015 (*)	-	557
Fundos Patronos (*)	-	909
Pinaball (*)	-	100
	-	1.566
	11.311	8.837

(*) Projetos já encerrados, estando em fase de prestação de contas

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2016 e 2015, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 1,03% e 1,01% ao mês respectivamente. Em atendimento às normas do Ministério da Cultura, as aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil.

6 Contas a receber

	2016	2015
Projetos	-	308
Cartão de crédito - venda da loja	142	61
	142	369
	142	369

7 Estoques

	2016	2015
Saldos conforme registros auxiliares	1.349	1.388
Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	(1.100)	(1.100)
	249	288
	249	288

8 Aplicações financeiras vinculadas

	2016	2015	
Banco do Brasil S.A.			
Fundo de Renda Fixa - RF LPCORP 600 (Contrato de Gestão)	1.739	1.717	
Banco Santander - Fundo Classic DI (Fundo Especial)	1.027	977	
Fundo de Renda Fixa - RF LPCORP 600 (Contrato de Gestão)	116	55	
	2.882	2.749	
	Fundo de reserva (a)	Reserva de contingências (b)	Fundo especial
Em 31 de dezembro de 2014	1.545	-	889
Aplicação realizada	-	50	139
Rendimentos auferidos	172	5	116
Resgates	-	-	(167)
Em 31 de dezembro de 2015	1.717	55	977
Aplicação realizada (nota 17)	1.701	55	41
Rendimentos auferidos	22	6	109
Resgates	(1.701)	-	(100)
Em 31 de dezembro de 2016	1.739	116	1.027

- (a) Em 2014, a Associação recebeu o primeiro repasse do contrato de gestão no valor de R\$ 24.475 e, conforme estabelecido em contrato, aplicou a título de Fundo de Reserva o percentual de 6% do repasse (R\$ 1.468). Em 2016 a Associação obteve autorização da Secretaria de Cultura para utilizar o valor destinado ao Fundo de Reserva para honrar com seus compromissos até que os valores referentes aos repasses do ano de 2016 fossem normalizados, porém com a condição de reconstituí-lo até o final do ano, o que ocorreu no mês de dezembro.
- (b) Por deliberação do Conselho, em 2015 a Associação aplicou a título de Reservas para contingências o valor de R\$ 50 e no ano de 2016, a Secretaria de Estado da Cultura solicitou que a Associação fizesse um complemento no valor para que o montante aplicado fosse de, no mínimo, 0,5% do valor do repasse de 2016. Em virtude do determinado, a Associação aplicou um complemento de R\$ 55, com recursos do Contrato de Gestão, na Reserva para Contingências.

As aplicações financeiras apresentaram uma rentabilidade mensal média de 1,03% em ambas as aplicações.

9 Outros créditos

	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	1.064	514
Antecipação de férias e empréstimos a funcionários	82	104
Valores a receber de projetos	91	30
	1.237	648

10 Imobilizado

	2016			2015
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Contrato de gestão, administrativo e projetos				
Móveis e utensílios	1.697	(1.398)	299	229
Máquinas e equipamentos	836	(750)	86	24
Instalações	36	(36)	-	-
Equipamentos de informática	1.111	(840)	271	124
Telefonia	77	(20)	57	-
Equipamentos fotográficos	66	(57)	9	6
	<u>3.823</u>	<u>(3.101)</u>	<u>722</u>	<u>383</u>

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
No início do exercício	383	33
Aquisição de bens - com recursos do contrato de gestão (a)	117	190
Aquisição de bens - com recursos de projetos (a)	207	-
Transferência	288	275
Depreciação	(273)	(115)
No final do exercício	<u>722</u>	<u>383</u>

(a) A composição das aquisições pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Móveis e utensílios	51	177
Máquinas e equipamentos	66	9
Equipamentos de informática	127	1
Equipamentos fotográficos	80	3
	324	190

11 Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
INSS a recolher	649	467
ISSQN a recolher (a)	448	387
IRRF a recolher	203	188
FGTS a recolher	83	152
PIS e COFINS a recolher	27	31
ICMS a recolher	20	4
	<u>1.430</u>	<u>1.229</u>

(a) O valor de ISSQN a recolher é composto substancialmente pela provisão de ISS sobre serviços de bilheteria do período de 2011 a 2016 (R\$ 437).

12 Salários e férias a pagar

	2016	2015
Provisão para férias e encargos	493	889
Salários a pagar	1.232	507
	1.725	1.396

13 Créditos de projetos a incorrer

	2016			2015		
	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido
Plano anual 2015	-	-	-	2.971	(293)	2.678
Plano anual 2016	6.096	(191)	5.905	4.775	-	4.775
Plano anual 2017	4.224	-	4.224	-	-	-
Fundo Patronos	818	-	818	918	-	918
PROAC	176	-	176	511	-	511
Pinaball	-	-	-	410	-	410
Terra Foundation	5	(1)	4			
-	11.319	(192)	11.127	9.585	(293)	9.292

Os Planos Anuais estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC. O Fundo dos Patronos está representado por cotas pagas por pessoas que apoiam a aquisição de obras de arte contemporânea para incorporação ao acervo da Pinacoteca. O PROAC está representado por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC). O PINABALL está representado pelos valores recebidos referente as vendas de convites e patrocínios para o evento comemorativo de 110 anos da Pinacoteca (ocorrido no exercício de 2015) que tem como finalidade a aquisição de uma obra de arte contemporânea, com o resultado financeiro líquido obtido com o projeto. E o projeto TERRA FOUNDATION está representado pelo valor de patrocínio sem incentivo fiscal da instituição *Terra Foundation for American Art* para custear exposição.

Os recursos utilizados na execução dos projetos estão apresentados na demonstração do resultado como receitas das atividades na rubrica "Patrocínio de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos".

Nos termos do artigo 68, parágrafo único da Instrução Normativa nº 01/2013, de 24 de junho de 2013, do Ministério da Cultura, os saldos não utilizados de planos anuais poderão ser transferidos para outros planos anuais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que o projeto anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo.

A movimentação dos projetos pode ser assim demonstrada:

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Planos anuais							
	2014	2015	2016	2017	Proac 15	Proac16	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2014	2.366	5.780	-	-	-	-	1.362	9.508
Recursos recebidos ou a receber	-	1.679	4.775	-	657	-	1.310	8.421
Receitas financeiras e outras	29	428	-	-	39	-	443	939
Gastos incorridos na execução do projeto	(221)	(7.102)	-	-	(867)	-	(475)	(8.665)
Compra de obras de arte	-	-	-	-	-	-	(568)	(568)
Compra de bens móveis e intangível	-	(293)	-	-	-	-	-	(293)
Transferência de imobilizado	12	-	-	-	-	-	-	12
Recursos transferidos para novo plano anual e outros	(2.186)	2.186	-	-	682	-	(682)	-
Recursos devolvidos	-	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Em 31 de dezembro de 2015	-	2.678	4.775	-	511	-	1.328	9.292
Recursos recebidos ou a receber	-	-	4.612	4.224	-	730	2.079	11.645
Receitas financeiras e outras	-	21	558	-	19	27	(298)	327
Gastos incorridos na execução do projeto (b)	-	(521)	(6.054)	-	(227)	(884)	(1.331)	(9.017)
Compra de obras de arte (b)	-	-	-	-	-	-	(942)	(942)
Compra de bens móveis e intangível (b)	-	-	(192)	-	-	-	-	(192)
Transferência de imobilizado	-	28	-	-	-	-	-	28
Recursos transferidos para novo plano anual e outros	-	(2.206)	2.206	-	(303)	303	(14)	(14)
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	5.905	4.224	-	176	822	11.127

a. Composição do saldo em 31 de dezembro:

	2016	2015
Bancos conta-movimento (Nota 5)	11.311	7.271
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	1.566
Contas a receber (Nota 6)	-	307
Outros créditos	870	505
Despesas antecipadas	-	2
Fornecedores	(999)	(349)
Outras contas a pagar	(55)	(10)
	11.127	9.202

b. A composição dos principais gastos incorridos nos projetos pode ser assim demonstrada:

	2016			2015		
	Plano anual 2016	Outros	Total	Plano anual 2015	Outros	Total
Produção, curadoria, coordenação						
Técnica, transporte, publicações e outros	4.653	2.401	7.054	6.545	986	7.531
Divulgação	174	-	174	50	76	126
Contratos - serviços de terceiros	518	342	860	-	-	-
Material de consumo	237	-	237	62	2	64
Obras de arte	-	942	942	-	568	568
Outros	471	221	692	446	506	952
	6.053	3.906	9.959	7.103	2.138	9.241

Em 2016 o valor apresentado na coluna “outros” é substancialmente maior devido ao patrocínio recebido da Terra Foundation para realização da exposição Paisagem nas Américas.

- c. A composição dos bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Móveis e utensílios	32	166
Máquinas e equipamentos	48	11
Equipamentos de informática	115	132
Softwares	22	22
Outros	2	3
	219	334
Depreciação e amortização	(27)	(41)
Baixa por obsolescência ou desuso	-	-
	192	293

O imobilizado adquirido por Planos anuais (Lei Rouanet) e demais projetos é apresentado no balanço na linha de “créditos de projetos a incorrer”. Os valores serão incorporados ao imobilizado da Associação quando o projeto for encerrado, entregue a prestação de contas ao Ministério da Cultura (MinC) e transferidos para a Associação.

Os bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos Planos Anuais serão, ao final do projeto, revertidos para o patrimônio da Associação, consoante disposição da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, do Ministério da Cultura.

14 Recursos do contrato de gestão

A seguir apresentamos a movimentação do contrato de gestão demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição	Saldos em 31/12/15	Valores Recebidos	Consumo	Saldos em 31/12/16
Contrato de Gestão	1.184	21.218	(20.970)	1.432

- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo ao contrato de gestão.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados no contrato de gestão ao longo do exercício social, fundo de reserva e aquisição de imobilizado.

Em 2013, foi encerrado o contrato de gestão 35/2008 para o qual a Associação recebeu o montante de R\$ 89.449 no decorrer de 5 anos. A prestação de contas do mesmo foi entregue para análise da Secretaria da Cultura em 31 de janeiro de 2014 e a Associação aguarda parecer final do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

O valor apresentado no passivo circulante, que totaliza R\$ 1.432, refere-se ao saldo remanescente para custeio recebido em 2016 no valor de R\$ 21.218, para execução do Contrato de Gestão nº 05/2013 e não apropriado no ano de execução.

No final de 2016, a Associação entregou à SEC o terceiro aditamento, que definiu o Plano de Trabalho e o valor do repasse para o orçamento de 2017, no montante de R\$ 21.549, e foi assinado pelo Secretário de Cultura e publicado em diário oficial no dia 15 de dezembro de 2016.

15 Doações de bens e direitos a apropriar

	2016	2015
No início do exercício	410	33
Bens recebidos em doação ou adquiridos com recursos do contrato de gestão ou de projetos incentivados	279	277
Imobilizado	318	190
Intangível	6	-
Apropriação para o resultado - realização	(225)	(90)
No final do exercício	788	410

As doações são apropriadas ao resultado na mesma proporção da depreciação ou amortização contabilizada.

A realização da receita de doações está sendo apresentada na demonstração do resultado como dedução da despesa de depreciação, sendo R\$ 93 (R\$ 30 em 2015) decorrente do contrato de gestão e R\$ 132 (R\$ 60 em 2015) de recursos próprios.

16 Contingências

Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências trabalhistas:

	2016	2015
Provisão para contingências PRONAC	258	221
Provisão para contingências trabalhistas	239	137
Depósito judicial	(140)	(137)
	357	221

A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

As contingências trabalhistas, consistem, principalmente, em reclamações de terceiros solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício, do período anterior à administração da Pinacoteca pela Associação.

A Associação também possui ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R\$ 210 (R\$ 144 em 2015) para trabalhista, R\$ 2.056 (R\$ 1.940 em 2015) para cíveis e R\$ 2.224 (2.224 em 2015) para tributárias. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

17 Retenções do contrato de gestão

	2016	2015
Fundo de Reserva (Nota 8.a)	1.701	1.468
Fundo para contingências (Nota 8.b)	55	50
Rendimento	<u>99</u>	<u>253</u>
	<u>1.855</u>	<u>1.771</u>

Fundo de reserva

Foi constituído à razão de 6% do repasse financeiro recebido em 2014 pela Associação, no montante de R\$ 1.468, como requerido no Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação. No ano de 2016 devido à forte crise financeira que atinge nosso país, a Secretaria da Cultura autorizou a utilização temporária do fundo de reserva para fazer frente aos compromissos financeiros da Associação até que os repasses fossem normalizados. Porém, com a condição de que o fundo fosse reconstituído até o final do exercício, o que ocorreu no mês de dezembro.

Fundo para contingências

Foi constituído em razão do decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009 que determina que a organização social abrirá conta bancária específica, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 116 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na qual será depositada parte dos recursos financeiros repassados em decorrência do contrato de gestão, respeitada, para esse fim, porcentagem fixada pelo Secretário da Cultura, de comum acordo com a organização social e de modo compatível com a finalidade da conta. O valor acordado entre o secretário e a organização foi de R\$ 50. A utilização do fundo só pode acontecer com aprovação do conselho de administração (3/4 de seus membros) e da Secretaria da Cultura. No ano de 2016 foi acordado entre as partes um aumento no valor do fundo para contingência no montante de R\$ 55.

18 Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

19 Fundo especial

Em 2007, a Administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parte do superávit acumulado até aquele ano e integralização dos resultados dos anos subsequentes, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuras não recorrentes, inesperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

As movimentações do fundo especial foram aprovadas em reunião do conselho de administração no dia 13 de fevereiro de 2017, quando as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho.

20 Receitas e despesas com contrato de gestão

	2016	2015
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		
Repasse contrato de gestão - CG 05/2013		
1º Aditivo do contrato de gestão - CG 05/2013	-	23.422
2º Aditivo do contrato de gestão - CG 05/2013	21.549	-
	21.549	23.422
Receita a apropriar (Nota 14)	(1.432)	(1.184)
Receita apropriada	1.045	850
Recurso do Fundo de reserva (Nota 8)	(55)	(50)
Recursos utilizados na compra de bens e intangível	(137)	(192)
	20.970	22.846
Despesas e gastos com contrato de gestão		
Com pessoal	(14.811)	(15.866)
Contratos	(4.164)	(4.310)
Utilidade pública	(2.127)	(2.183)
Produção e execução	(885)	(1.314)
Material de consumo	(465)	(555)
Divulgação e comercialização	(219)	(217)
Pré-produção e preparação	(131)	(693)
Depreciação e amortização	(94)	(33)
Doações - outras	(81)	(34)
Tributárias	(23)	(59)
Realização de doações de bens e direitos	94	33
Outras despesas	(864)	(230)
	(23.770)	(25.461)

21 Receita de venda da loja, líquida do custo das vendas e tributos

	2016	2015
Receita bruta de vendas	1.808	1.069
Custo das vendas	(357)	(253)
Impostos incidentes sobre a venda	(228)	(51)
	1.223	765

22 Trabalho voluntário e gratuidade

	2016	2015
Trabalho voluntário	41	37
Gratuidade de ingressos	1.718	3.055
	1.759	3.092

23 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Valor justo versus valor contábil

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	4	4
Contas a receber (6)	142	142	369	369
Outros créditos (9)	1.237	1.237	648	648
Aplicações financeiras vinculadas (8)	1.027	1.027	977	977
	2.414	2.414	1.998	1.998
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	1.835	1.835	1.274	1.274
Recursos do contrato de gestão (14)	1.432	1.432	1.184	1.184
Retenções do contrato de gestão (17)	1.855	1.855	1.771	1.771
	5.122	5.122	4.229	4.229

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas Aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

24 Aspectos fiscais (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos)

IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com as Leis nº 9.718/98.

Baseado na Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em maio de 2008, os advogados da Associação intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação, ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. A Associação aguarda decisão do referido pedido.

Após publicação do decreto 8.426/2015 que revogou o decreto anterior 5.442/2005, as receitas sobre aplicações financeiras passaram a ser devidas e são recolhidas pela Associação.

ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)

A Lei 16.127/2015 e Decreto 56.302/2015, artigo 3º, estabelece que “ficam isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Município de São Paulo, contrato de gestão com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de cultura. A legislação garante isenção de ISSQN sobre os repasses do Contrato de Gestão, ficando sujeita a tributação do ISS as demais receitas de serviço da instituição. No dia 28 de abril de 2014 a Associação ingressou junto a Subsecretaria da Receita Municipal pedido para obter a referida isenção que trata a Lei e aguarda decisão.

A Associação recolhe ISS exclusivamente sobre as receitas de bilheteria e serviços prestados, além de retenções de terceiros.

ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos)

Em 19 de fevereiro de 2016 o Secretário de Cultura emitiu o Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural para a Associação ingressar com o pedido de renovação do ITCMD que ficou vigente até o dia 23 de março de 2016. O pedido foi concedido no dia 20 de maio de 2016 com validade para o período de 24 de março de 2016 a 23 de março de 2017.

PIS (Programa de Integração Social)

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação o recolhimento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

25 Cobertura de seguros

A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2016 a 5 de junho de 2017. As coberturas de seguros contratadas (locais - Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbues) têm os seguintes limites: (a) incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão de qualquer natureza e implosão- R\$ 50.000; (b) vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impactos de veículos terrestres e fumaça - R\$ 1.320; (c) tumultos ou greve - R\$ 240 (d) danos elétricos - R\$ 70; (e) equipamentos móveis - R\$ 50; (f) equipamentos eletrônicos - R\$ 50; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado - R\$ 50; (h) roubo de valores no interior das dependências do segurado - R\$ 20; (i) roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento - R\$ 10; (j) quebra de vidros - R\$ 7. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil com cobertura contratada de R\$ 2.000.

Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte em circulação, recebidas na Pinacoteca ou enviadas para exposições em outras localidades, são contratados seguros específicos para cobertura enquanto a obra estiver em trânsito ou em local externo às reservas técnicas da Pinacoteca.

* * *

Domingos Tadeu Chiarelli
Diretor Geral

Marcelo Costa Dantas
Diretor Administrativo Financeiro

Renata Aparecida Silva de Melo
Contadora
1 SP 269.659/O-2